



PARECER PRÉVIO Nº 31/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10791/2015

Apenso: Processo nº 11329/2014

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Amintas Júnior Lopes Pinheiro, Prefeito, à época.

6- Advogado: Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7.222, Márcia Caroline Mileo Laredo - OAB/AM 8.936, Fernanda Couto De Oliveira - OAB/AM N.Ú 11.413, Tayanna Bahia Costa - OAB/AM 7.656 e Taíse Dos Santos Justiniano - OAB/AM 9.032.

7- Unidade Técnica: DICOP/DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1856 /2017-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Aprovação com Ressalvas das Contas Anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1- Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a **aprovação com ressalvas das Contas** do Sr. Amintas Junior Lopes Pinheiro, Chefe do Poder Executivo do Município de Boa Vista do Ramos, exercício de 2014, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar n. 06/91 e art. 3º, III, da Resolução n. 09/97;

10.2- Oficiar a Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, determinando o cumprimento no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, no prazo de 60 dias contados a partir da publicação no Diário Oficial Eletrônico, do Parecer Prévio emitido por esta Corte de Contas.



PARECER PRÉVIO Nº 31/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Junho de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moares Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado)

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MOARES COSTA FILHO
Conselheiro Convocado

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 31/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10791/2015

Apenso: Processo nº 11329/2014

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Amintas Júnior Lopes Pinheiro, Ordenador de Despesas, à época.

6- Advogado: Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7.222, Márcia Caroline Mileo Laredo - OAB/AM 8.936, Fernanda Couto De Oliveira - OAB/AM N.Ú 11.413, Tayanna Bahia Costa - OAB/AM 7.656 e Taíse Dos Santos Justiniano - OAB/AM 9.032.

7- Unidade Técnica: DICOP/DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1856 /2017-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2014.

Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo. Determinações. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria** nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1– Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Amintas Junior Lopes Pinheiro**, responsável pela Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, no curso do exercício 2014, nos termos do inciso II do art.22 c/c o art.24 da LO/TCE;

10.2 – Aplicar Multa ao **Sr. Amintas Junior Lopes Pinheiro** no valor de R\$ **2.500,00** (dois mil e quinhentos reais), nos termos do art. 53, parágrafo único, da LO/TCE, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, em face das restrições constantes nos itens 1.1 e 2.1, transcritos na fundamentação do Voto. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;

10.3 – Determinar à Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos que cumpra as determinações constantes dos Relatórios Conclusivos da DICAMI, DICREA e DICOP;

10.4 – Determinar à Secex - Secretaria Geral do Controle Externo, que oriente a próxima Comissão de Inspeção que verifique o cumprimento das recomendações a que se refere o item anterior;



ACÓRDÃO Nº 31/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/ 2018 – TCE – Tribunal Pleno)

10.5 - Dar ciência do decisório ao **Sr. Amintas Junior Lopes Pinheiro**, através de seus patronos, encaminhando cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão.

Vencido o Voto Destaque do Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho, no sentido de que fosse a Prestação de Contas julgada Irregular, tendo em vista a regra inserida no art.22, III, "b", da Lei estadual nº 2.423/96.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Junho de 2018.

13- Especificação do quorum: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moares Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado)

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral